





ENSE

Biblioteca Riograndense, onde se iniciou a Universidade Federal do Rio Grande FURG. Prédio histórico, inventariado pelo Município para preservação - a Biblioteca foi fundada a 15 de agosto de 1846. Foto: Acervo ACS/FURG.

O ensino da Bioética na pós-graduação *stricto sensu*, na área de Ciências da Saúde, no Brasil

The Teaching of Bioethics in Graduate Education in the Health Sciences in Brazil

La enseñanza de la Bioética en el posgrado *stricto sensu* en el área de Ciencias de la Salud en Brasil

Antônio Macena de Figueiredo, doutor em Ciências da Saúde (área de concentração: Bioética) pela Universidade de Brasília e professor adjunto da Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa, da Universidade Federal Fluminense. Endereço: R. Antonio Parreiras, n° 15, apt. 1.301 - Boa Viagem - Niterói, Rio de Janeiro. CEP: 24.210-320. Telefones: (21) 2725-4489/ 9629-8074. E-mail: macenaso@vm.uff.br; macenaso@yahoo.com.br.

Resumo

O texto sintetiza parte dos resultados de uma pesquisa realizada no doutorado, na Universidade de Brasília, atinente ao ensino da Bioética na pós-graduação *stricto sensu*. As informações foram colhidas no banco de dados da Capes. Para tanto, foram avaliados 199 programas de pós-graduação da área interdisciplinar e 691 cursos de mestrado e doutorado da área da Saúde. Constatou-se, então, que dois (1%) programas de pós-graduação estão voltados à formação de bioeticistas, 163 (23,6%) cursos oferecem disciplinas de Bioética, outros 32 (4,6%) possuem módulos de Bioética e, em 36 (5,2%) deles, o ensino é conduzido pela tradição deontológica. Também verificou-se que as instituições federais concentram o maior número de cursos com disciplinas de Bioética, sendo que a maior carga horária é de, em média, 25 horas, e o ensino tem como referência hegemônica a Teoria Principlista da Bioética. Os dados evidenciam que a pós-graduação em Bioética ainda se encontra em fase de construção no Brasil, pois, em 460 (66,6%) cursos, inexistem disciplinas relacionadas com a Ética ou Bioética.

Palavras-chave: Ensino. Bioética. Pós-Graduação. Saúde. Brasil.

Abstract

This work summarizes part of the results of a survey conducted in the University of Brasilia PhD Program, concerning the teaching of bioethics in graduate education. Data were collected from the databases of CAPES. 199 interdisciplinary graduate programs and 691 Master and Doctorate programs from the health field were evaluated. It was found that only 2 (1,0%) graduate programs focus on the development of bioethicists, 163 (23,6%) programs offer Bioethics courses, another 32 (4,6%) present modules on Bioethics, and in 36 (5,2%), the teaching follows the deontological tradition. It was found that most courses with disciplines of bioethics are concentrated in Federal Institutions, with the number of course hours reaching an average maximum of about 25, and the Bioethics Principlist Theory appears as the dominant framework for teaching. The collected data make it evident that graduate education in Bioethics is still under development in Brazil, since there are not any courses regarding Ethics or Bioethics in 460 (66,6%) of the evaluated programs.

Keywords: Teaching. Bioethics. Graduate Education. Health. Brazil.

Resumen

El texto sintetiza parte de los resultados de un estudio realizado en el doctorado en la Universidad de Brasilia, atinente a la enseñanza de la Bioética en el posgrado *stricto sensu*. Las informaciones fueron obtenidas en el banco de datos de la Capes. Para eso fueron evaluados 199 programas de posgrado en el área interdisciplinaria y 691 cursos de maestría y doctorado en el área de la Salud. Se constató, entonces, que dos (1%) programas de posgrado están destinados a la formación de bioeticistas, 163 (23,6%) cursos ofrecen disciplinas de Bioética, otros 32 (4,6%) poseen módulos de Bioética y en 36 (5,2%) de ellos la enseñanza es conducida por la tradición deontológica. También se verificó que las instituciones federales concentran el mayor número de cursos con disciplinas de Bioética, siendo que la mayor carga horaria es de, en promedio, 25 horas, y la enseñanza tiene como referencia hegemónica la Teoría Principlista de la Bioética. Los datos evidencian que el posgrado en Bioética todavía se encuentra en fase de construcción en Brasil ya que en 460 (66,6%) cursos no existen disciplinas relacionadas con la Ética o Bioética.

Palabras clave: Enseñanza. Bioética. Posgrado. Salud. Brasil.

Introdução

No Brasil, a Bioética conta com aproximadamente 20 anos de atividade acadêmica. Sua institucionalização é considerada tardia (GARRAFA, 2000). Para Schramm (2002), essa denominação deve-se ao fato de que, quando surgiu no território nacional, já se estava delineando uma importante transição paradigmática em âmbito mundial. Apesar de algumas iniciativas isoladas no final dos anos 80, ela só veio afirmar-se a partir da criação da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), em 1995, e quando se legitimou na área acadêmica, com destacado interesse no campo da Saúde Pública (SCHRAMM, 2005).

O primeiro registro sobre a inclusão da Bioética como disciplina autônoma foi em um curso de pós-graduação, na área da Medicina, na Pontifícia Universidade Católica (PUC), na cidade de Porto Alegre, em 1988. Na época, foi criado nessa instituição um programa voltado para a preparação de profissionais da área médica, cujo objetivo era capacitar profissionais para resolver dilemas e/ou conflitos éticos (OLIVEIRA, 2004).

Logo depois da criação da SBB, surgem a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), por força da Resolução n° 196 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo homologada pelo ministro de Estado da Saúde, Adib D. Jatene, em 10 de outubro de 1996. A partir de então, a Teoria Principlista da Bioética se incorpora como modelo de análise ética em pesquisas biomédicas (FREITAS, 2007; OLIVEIRA; VILLAPOUCA; BARROSO, 2006). Atualmente, existem cerca de 600 CEPs, sendo que a maioria se encontra instalada em instituições hospitalares e centros universitários públicos (OLIVEIRA, 2004). Esses órgãos passaram a exercer a função de controle social para acompanhar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos no território brasileiro. De maneira que a SBB e os Comitês de Ética tiveram um papel significativo na institucionalização da Bioética como campo de aprendizagem nas universidades brasileiras.

Nos últimos anos, inúmeras atividades foram desenvolvidas nas áreas de assistência, ensino e pesquisa. Como disciplina específica, a Bioética vem sendo incluída na estrutura curricular de diversos cursos e inserida como linha de pesquisa em vários programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (FIGUEIREDO; GARRAFA; PORTILLO, 2008).

No entanto, até então, não se tinha conhecimento do número de disciplinas oferecidas nas centenas de cursos de mestrado e doutorado no País. Segundo Figueiredo, Garrafa e Portillo (2008), os estudos disponíveis são mais restritos à área da Medicina, alguns na área da Odontologia e nenhum envolvendo todos os cursos *stricto sensu* na área das Ciências da Saúde.

Neste artigo, o autor parte do resultado de uma pesquisa documental realizada no doutorado, concluída na Universidade de Brasília (UnB), em julho de 2009. O estudo teve como objetivo conhecer o estado atual do ensino de Bioética na área da Ciência da Saúde na pós-graduação *stricto sensu* no País.

Especificamente, serão apresentados os dados referentes a cinco objetivos específicos: identificar os programas de pós-graduação *stricto sensu* específicos em Bioética, na área interdisciplinar, credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC); verificar, entre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Capes/MEC, aqueles que incluíram a Bioética como disciplina na grade curricular; identificar, entre as demais disciplinas, aquelas de natureza ética deontológica com e sem módulo de Bioética; associar os cursos que oferecem disciplinas de Bioética com natureza administrativa das instituições de ensino e a carga horária; e investigar as tendências teóricas atuais que buscam fundamentar teoricamente a Bioética a partir da análise do conteúdo das disciplinas e das obras de referências indicadas na bibliografia.

Método

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e descritiva com abordagens quantitativa e qualitativa. As informações foram colhidas no banco de dados da Capes. A população foi composta de 199 programas de pós-graduação *stricto sensu* da área interdisciplinar e 691 cursos de mestrado e doutorado da área das Ciências da Saúde avaliados e reconhecidos pela Capes no triênio 2004-2006, com resultado divulgado em abril de 2008.

Foram adotados os seguintes procedimentos para a coleta de dados. Primeiro, a pesquisa no *website* da Capes (<<http://www.capes>.

gov.br/cursos-recomendados>), no período de julho a agosto de 2008, com a finalidade de identificar os programas de pós-graduação *stricto sensu* específicos em Bioética, na área interdisciplinar. Posteriormente, procedeu-se a uma pesquisa na estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado na grande área das Ciências da Saúde, com o objetivo de verificar aqueles que têm disciplinas de Bioética ou matérias de natureza ética deontológica.

Para tanto, adotou-se o seguinte critério: foram consideradas disciplinas de Bioética aquelas em que o termo “bioética” constava no título da disciplina; no caso das de natureza ética deontológica, os termos “ética” ou “deontologia” deveriam estar acoplados ao título. Nessa categoria, consideraram-se, com módulo de Bioética, as matérias com unidades temáticas relacionadas às correntes teóricas em Bioética em seu conteúdo (ementas ou conteúdo programático) e, sem módulos de Bioética, aquelas que estão estruturadas com base em norma ético-legais, isto é, priorizam o enfoque da ética profissional com ênfase nos códigos e em outros instrumentos éticos normativos.

Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva. Buscou-se mostrar os cursos de pós-graduação *stricto sensu* destinados à formação de bioeticistas, a frequência da distribuição dos cursos com disciplinas de Bioética, bem como os demais cursos que apresentam disciplinas de natureza ética deontológica, carga horária e números de professores responsáveis pelo ensino nas disciplinas relacionadas com a Bioética.

Para verificar a associação entre as “variáveis” cursos com disciplinas de Bioética, natureza das instituições de ensino (públicas e privadas) e carga horária destinada à instrução em Bioética, foi aplicado o teste qui-quadrado (X^2) ao nível de significância de 5%, com o auxílio do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Para o tratamento dos dados qualitativos, optou-se pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), sendo adotada a técnica de análise categorial temática, por ser mais comumente usada na análise de documento. Para a análise dos programas das disciplinas, empregou-se o processo inverso de categorização, nominado, por Bardin (1977), de “procedimento por caixas”, com o objetivo de identificar os

Índices de inferência (palavras ou trechos) relacionados às correntes teórico-filosóficas existentes atualmente em Bioética procurados nas ementas ou no conteúdo programático e em suas obras de referência. Nas disciplinas sem módulo de Bioética, visaram-se as inferências aos códigos de ética, declarações e demais documentos ético-legais.

Resultado e discussão

1. Programas de pós-graduação *stricto sensu* em Bioética

Entre os programas de pós-graduação *stricto sensu* da área interdisciplinar (N=199), foram identificados apenas dois (1%) voltados para a formação de bioeticistas no País reconhecidos pela Capes, sendo um com curso de mestrado e, o outro, com mestrado e doutorado. O primeiro foi criado em 2004, no Centro Universitário São Camilo (CUSC), em São Paulo; o segundo, em 2008, na Universidade de Brasília, na Cátedra Unesco de Bioética (FIGUEIREDO, 2009).

Esses programas se distinguem pelas propostas teóricas e filosóficas. No que concerne ao programa da Universidade de Brasília, as bases epistemológicas da Bioética estão relacionadas com a Saúde Pública, envolvendo três linhas de pesquisa: Fundamentação Teórica da Bioética e Saúde Pública; Situações Persistentes em Bioética e Saúde Pública; e Situações Emergentes em Bioética e Saúde Pública (CUNHA, 2008). Já o programa de pós-graduação do Centro São Camilo tem como referência três eixos temáticos: início, meio e fim da vida, o que possibilita inferir que os princípios filosóficos da formação acadêmica, pela sua natureza teológica, estão associados à ética dos ideais camilianos (BARCHIFONTAINE, 2005).

Até então, não se dispunha de cursos *stricto sensu* específicos em Bioética no País. Contava-se somente com cursos de especialização, muito embora em uma rápida pesquisa na internet verifica-se que existem inúmeras instituições de ensino oferecendo cursos de pós-graduação relacionando a Bioética com diversas áreas do conhecimento. No entanto, em relação à capacitação *lato sensu*, especificamente, o Núcleo de Bioética da Universidade de Brasília se destaca por ter sido o primeiro a ser reconhecido formalmente como “Grupo Consolidado de Pesquisa” junto ao CNPq (1994). A partir de 1996, introduziu disciplinas

nos cursos de Graduação e pós-graduação da área das Ciências da Saúde e, desde 1998, oferece anualmente um Curso de Especialização em Bioética.

De forma que o resultado da pesquisa representa um alerta, pois a escassez de centros formadores é indicativo de que há deficiência em uma das principais tarefas da pós-graduação: produzir profissionais aptos para atuar nos diferentes setores da sociedade, particularmente, na capacitação de profissionais para o ensino, centros de pesquisas e Comitês de Ética. Dessa forma, o resultado da pesquisa mostra que a pós-graduação em Bioética, no Brasil, ainda encontra-se em fase de construção. Também pode-se inferir que existe um longo caminho a ser percorrido para que os profissionais que hoje pretendem dedicar-se a esse campo do conhecimento busquem a qualificação acadêmica necessária para atuar em suas áreas acadêmicas.

2. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* com disciplinas de Bioética

Entre os 691 cursos de mestrado e doutorado da grande área das Ciências da Saúde reconhecidos pela Capes, foram identificados 163 (23,6%) com disciplinas cujo termo “bioética” se encontra incorporado ao nome da matéria (FIGUEIREDO, 2009).

Essas disciplinas estão distribuídas nos cursos de nove áreas de avaliação, uma vez que na Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional não foram identificadas disciplinas relacionadas com a Bioética na estrutura curricular. Entre os cursos que incluíram essa matéria, oito (1,1%) são de mestrado profissional, 91 (13,2%) de mestrado acadêmico e 64 (9,3%) de doutorado (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da grande área das ciências da Saúde reconhecidos pela Capes que têm disciplinas relacionadas com a bioética - 2008

Grandes áreas: Ciências da Saúde								
Área de avaliação	Total dos cursos de pós-graduação				Total dos cursos de pós-graduação com disciplinas de Bioética			
	Total	M	D	F	Total	M	D	F
Educação Física	29	20	9	0	0	0	0	0
Enfermagem	45	29	14	2	11	6	4	1
Farmácia	46	27	16	3	7	4	3	0
Fisioterapia e Ter. Ocupacional	10	8	2	0	0	0	0	0
Fonoaudiologia	12	7	4	1	4	2	2	0
Medicina I	122	65	54	3	32	19	13	0
Medicina II	130	69	60	1	24	15	9	0
Medicina III	78	38	40	0	30	14	16	0
Nutrição	18	13	5	0	5	4	1	0
Odontologia	137	72	48	17	37	18	12	7
Saúde Coletiva	64	34	17	13	0	0	0	0
Total	691	382	269	40	163	91	64	8
	100%	55,30%	38,90%	5,80%	23,60%	13,20%	9,30%	1,10%

Fonte: [HTTP://www.capes.gov.br/cursos-recomendados](http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados)

Nomenclatura adotada pela Capes: Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional.

Ao comparar a distribuição das disciplinas entre as áreas de avaliação, verifica-se que a maior concentração dos cursos que destinam uma carga horária aos ensinamentos de Bioética está no mestrado acadêmico, exceto no grupo das especialidades cirúrgicas (Medicina III), no qual a maior quantidade se concentra nos cursos de doutorado.

Convém esclarecer que, em virtude do aumento dos cursos de pós-graduação na área médica nos últimos 12 anos, a Capes classificou os cursos da área médica por especialidades. De acordo com Neddermeyer (2002), na área da Medicina I foram agrupadas as especialidades clínicas mais gerais: Ciências Médicas, Clínica Médica, Emergências Clínicas, Cardiologia, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Hepatologia, Nefrologia, Oncologia, Pneumologia, Psicobiologia, Reabilitação, entre outros; pertencem à Medicina II as áreas de Ciências da Nutrição, Ciências da Saúde, Psiquiatria, Neurologia,

Medicina Tropical, Hematologia, Fisiopatologia, Anatomia Patológica, entre outros; já na Medicina III estão agrupadas todas as especialidades cirúrgicas.

Quanto à distribuição por área de avaliação, constata-se que o maior número de cursos com disciplinas de Bioética se concentra nas áreas da Medicina e Odontologia. Aparecendo, em seguida, com um número relativamente inferior, Saúde Coletiva, Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Fonoaudiologia (Tabela 1).

O resultado da pesquisa surpreende por evidenciar que ainda existe pouca preocupação com a formação ética dos futuros professores, pesquisadores e cientistas, uma vez que, em 528 $[(460+32+36) = 76,4\%]$ cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Tabelas 1, 2 e 3), a Bioética ainda não foi incorporada como disciplina autônoma na estrutura curricular. Entretanto, considerando a tradição deontológica da formação ética nas profissões da área da saúde, a presença de 163 (23,6%) cursos com disciplina de Bioética representa um salto qualitativo na capacitação acadêmica, uma vez que se amplia a visão em torno da complexidade das questões ético-filosóficas relacionadas aos dilemas e/ou conflitos morais nos campos médico e biológico.

Diferentemente da visão deontológica do ensino, a Bioética “nasce no bojo da reabilitação da filosofia prática da década de 1960, trazida pela reflexão sobre os novos dilemas morais decorrentes da transformação do saber-fazer das ciências biomédicas” (SCHRAMM, 1997, p. 95) e se insere, nesse contexto, com uma conotação ideológica, conceitual e epistemológica distinta da concepção do ensino fundado nos códigos das diversas profissões.

Enquanto os códigos reduzem os atos humanos de responsabilidade profissional, tendo como referência os princípios deontológicos, as normas estabelecidas pelas corporações profissionais ou mesmo o ordenamento jurídico específico inerente às atividades profissionais, afirma Varga (1990, p. 13) que “a Bioética trabalha com a moralidade da conduta humana na área das ciências da vida.”

Para alguns estudiosos, a Bioética vai além, isto é, não pode ser reduzida ao campo das ciências da vida; deve se referir ao campo

de conhecimento mais amplo, envolvendo o trato com os animais, as intervenções sobre o meio ambiente, além de sua estreita correlação com o saber-fazer constituído pela vigência do paradigma biotecnocientífico e suas aplicações biotecnológicas (SCHRAMM, 2001).

3. Cursos com disciplinas de natureza ética deontológica

Com relação às matérias de natureza ética deontológica, o resultado da pesquisa também surpreendeu. Nos 691 cursos de mestrado e doutorado, foram identificadas apenas 68 disciplinas, sendo 32 (4,6%) com módulos de Bioética e, em 36 (5,2%), o ensino é conduzido pela disciplina de deontologia. Daqueles que apresentam conteúdos de Bioética de forma transversal, a maioria está nos cursos de mestrados acadêmicos e encontra-se distribuída em três áreas de avaliação, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* que têm disciplinas de natureza ética deontológica com módulos de bioética - 2008

Grandes áreas: Ciências da Saúde								
Área de avaliação	Total dos cursos de pós-graduação				Disciplinas de natureza ética deontológica com módulos de Bioética			
	Total	M	D	F	Total	M	D	F
Educação Física	29	20	9	0	0	0	0	0
Enfermagem	45	29	14	2	2	2	0	0
Farmácia	46	27	16	3	0	0	0	0
Fisioterapia e Ter. Ocupacional	10	8	2	0	0	0	0	0
Fonoaudiologia	12	7	4	1	0	0	0	0
Medicina I	122	65	54	3	8	4	4	0
Medicina II	130	69	60	1	4	2	2	0
Medicina III	78	38	40	0	12	6	6	0
Nutrição	18	13	5	0	0	0	0	0
Odontologia	137	72	48	17	6	4	2	0
Saúde Coletiva	64	34	17	13	0	0	0	0
Total	691	382	269	40	32	18	14	0
	100%	55,30%	38,90%	5,80%	4,60%	2,60%	2,20%	0,00%

Fonte: [HTTP://www.capes.gov.br/cursos-recomendados](http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados)
Nomenclatura adotada pela Capes: Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional.

Observa-se que o maior percentual das disciplinas com módulos de Bioética também se encontra no grupo das especialis cirúrgicas (Medicina III). Tal evidência chamou a atenção porque é a especialidade que possui o menor número de cursos e a maior quantidade de disciplinas com essas características.

Em relação às disciplinas sem módulos de Bioética, foi identificado um grupo de disciplinas cujo conteúdo está estruturado com base em um conjunto de normas deontológicas e legais (Tabela 3).

Tabela 3. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* que têm disciplinas de natureza ética deontológica sem módulos de bioética - 2008

Grandes áreas: Ciências da Saúde								
Área de avaliação	Total dos cursos de pós-graduação				Disciplinas de natureza ética deontológica com módulos de Bioética			
	Total	M	D	F	Total	M	D	F
Educação Física	29	20	9	0	1	0	1	0
Enfermagem	45	29	14	2	5	1	4	0
Farmácia	46	27	16	3	0	0	0	0
Fisioterapia e Ter. Ocupacional	10	8	2	0	0	0	0	0
Fonoaudiologia	12	7	4	1	0	0	0	0
Medicina I	122	65	54	3	7	4	3	0
Medicina II	130	69	60	1	9	6	3	0
Medicina III	78	38	40	0	10	6	4	0
Nutrição	18	13	5	0	0	0	0	0
Odontologia	137	72	48	17	4	1	0	3
Saúde Coletiva	64	34	17	13	0	0	0	0
Total	691	382	269	40	36	18	15	3
	100%	55,30%	38,90%	5,80%	5,20%	2,60%	2,20%	0,40%

Fonte: [HTTP://www.capes.gov.br/cursos-recomendados](http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados)

Nomenclatura adotada pela Capes: Cursos: M - Mestrado Acadêmico, D - Doutorado, F - Mestrado Profissional.

Averiguou-se que as denominações “Ética Médica”, “Deontologia Médica”, “Ética”, “Ética e Legislação” e “Ética e Pesquisa” foram encontradas nos títulos da maioria das matérias. Além disso, observou-se que o maior percentual assenta-se na área da Medicina, em particular, também no grupo das especialidades cirúrgicas (Medicina III).

Por sua vez, o resultado da pesquisa também mostrou que existe uma significativa ausência de cursos de pós-graduação que não têm disciplinas relacionadas com a Ética ou Bioética. Em 460 (66,6%) cursos de mestrado e doutorado credenciados pela Capes, esses ensinamentos não integram a estrutura curricular. Esse fato surpreende, porque os propósitos dessa qualificação acadêmica estão relacionados com a formação do pesquisador de alto nível e, justamente nesse nível de qualificação, prioriza-se tão somente a capacitação técnica e científica.

Com base nesses dados, pode-se inferir que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que as orientações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sejam, de fato, integradas à capacitação acadêmica, isto é, para que a ética e a responsabilidade científica passem a ser uma parte integrante da formação de todos os cientistas (HAVE, 2006). No mesmo sentido, ressalta a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005) que a formação em Bioética é indispensável para a compreensão das implicações éticas sobre os avanços científicos e tecnológicos.

4. Associação dos cursos com disciplinas de Bioética com a natureza das instituições e carga horária

Os resultados encontrados mostram que as instituições federais concentram o maior número de cursos. Na ordem, aparecem as instituições estaduais; depois, as privadas comunitárias, as confessionais, as filantrópicas (CCF) e as privadas com fins lucrativos (FL) (Tabela 4).

Tabela 4. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* com disciplinas relacionada com a bioética de acordo com a natureza administrativa das instituições de ensino - 2008

Grande área: Ciência da Saúde						
Curso de pós-graduação	Pública			Privada		Total
	Federal	Estadual	Municipal	CCF	FL	
1. Mestrado Acadêmico	45	26	0	8	10	89
2. Mestrado Profissional	0	1	0	2	5	8
3. Doutorado	29	25	0	9	3	66
Total	74	52	0	19	18	163
	45,40%	32,00%	0	11,60%	11,00%	100%

Fonte: [HTTP://www.capes.gov.br/cursos-recomendados](http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados).

CCF - comunitárias, confessionais e filantropias (instituições privadas sem fins lucrativos); FL - fins lucrativas (instituições privadas mantidas por pessoas físicas ou jurídicas com fins lucrativos).

Quanto à distribuição dos cursos com disciplinas de Bioética entre as instituições federais (N=74; 45,4%) e estaduais (N=52; 32,0%), não há diferença significativa ($X^2 = 3,4847$, p-valor > 0,05); ou seja, dos cursos que incluíram essa matéria na estrutura curricular, não existe associação com a natureza administrativa das instituições públicas.

Em relação ao grupo das instituições privadas (CCF e FL) com as instituições públicas (federais e estaduais), o resultado foi diferente ($X^2 = 98,29$, p-valor < 0,05), o que indica que a inclusão da instrução em Bioética vem sendo mais reconhecida pelo grupo dos cursos das instituições públicas.

Em atenção à carga horária, para efeitos de cálculo, considerou-se o número correspondente ao total das disciplinas oferecidas nos 163 cursos de mestrado e doutorado. Desses cursos, 157 possuem uma única disciplina autônoma e, em seis deles, mais de uma matéria se dedica à instrução em Bioética, sendo que quatro contam com duas disciplinas e, em outros dois cursos, há três matérias. Em todas, o termo “bioética” está inserido nos títulos das disciplinas. Totalizando, assim, 171 disciplinas entre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição de carga horária (CH) das disciplinas de bioética entre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* de acordo com as instituições federais (IF), estaduais (IE) e privadas - 2008

Carga Horária	Inst. Federal	Inst. Estadual	CCF	FL	Total	%
10 – 20	9	2	8	4	23	13,40%
20 – 30	26	34	9	10	79	46,00%
30 – 40	2	0	0	1	3	1,80%
40 – 50	21	12	0	2	35	20,50%
50 – 60	14	2	2	1	19	11,10%
60 – 70	2	0	0	0	2	1,20%
70 – 80	0	2	0	0	2	1,20%
80 – 90	2	2	0	0	4	2,40%
90 – 120	2	2	0	0	4	2,40%
Total	78	56	19	18	171	100,00%

Fonte: <http://www.capes.gov.br/svsliscao/recomendados.html>. Informações extraídas dos programas das disciplinas. Legenda: CCF - privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas (sem fins lucrativos); FL - privadas com fins lucrativos

Verifica-se que a carga horária mais frequente variou de 10 a 20 horas, 20 a 30 horas e 40 a 50 horas, sendo que a maior carga hora/aula é de, em média, 25 horas em 79 (46%) disciplinas. Com relação à segunda maior média de carga horária (45 horas), não foram registradas disciplinas nos cursos pertencentes às instituições privadas sem fins lucrativos (CCF). No grupo das instituições públicas (IF e IE), a carga horária é de, no máximo, 120 horas em apenas quatro disciplinas. No grupo das privadas (CCF e FL), é de 60 horas em três matérias.

Relativamente ao grau de significância estatística relacionado à distribuição da maior carga horária (20 a 30h), ao comparar o grupo das instituições públicas (n=60) com o conjunto das privadas (n=19), observa-se que não há diferença na distribuição da hora/aula dispensada entre os cursos dessas instituições ($X^2 = 0,03$, p-valor >0,05).

5. Distribuição dos professores por disciplina

Por falta de registro nos programas das disciplinas, não foi possível identificar os nomes dos docentes em 41 (24%) matérias. Das 130 disciplinas restantes, em 94 delas (55%), o ensino é conduzido por apenas um docente; em 28 (16,4%), por dois; em três (1,7%), por três; e, em apenas cinco (2,9%), as atividades acadêmicas são compartilhadas entre quatro docentes.

Ao confrontar os nomes dos professores com as disciplinas, observou-se que 12 deles aparecem como responsáveis, sozinhos, em 49 matérias em diferentes cursos e instituições. Talvez essa evidência seja um indicativo de que há escassez de docentes qualificados para lecionar essa matéria, uma vez que um número significativo de disciplinas ainda está sob a responsabilidade de um pequeno grupo de professores e, na maioria das disciplinas, o ensino é conduzido por um único docente, o que pode, por sua vez, justificar a quantidade expressiva de cursos que não possuem matérias relacionadas com a Bioética em grande parte dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no País.

Desse modo, o discurso interdisciplinar se distancia da prática, na medida em que os múltiplos temas que abrangem a Bioética não são compartilhados com profissionais de outras áreas de conhecimento, como, por exemplo, filósofos, teólogos, advogados, médicos, enfermeiros,

entre outros; isto é, muitas vezes, os temas acabam sendo tratados dentro da visão da especialidade dos professores.

Por tratar-se de uma área inter, trans e multidisciplinar, a profundidade, amplitude e análise críticas dos conflitos ético-práticos supõem-se ficar comprometidas, uma vez que há uma tendência em reduzir o debate e/ou discussões a um único ângulo de visão. Por isso, a inclusão de disciplinas nos cursos de pós-graduação deve ser cuidadosamente avaliada, visto que um dos maiores desafios está justamente na falta de profissionais com qualificação adequada. Como ponderam Caramico, Zaher e Rosito (2007, p. 80), “ainda são poucos aqueles que possuem tamanha formação acadêmica para poder discorrer sobre todos os assuntos que abrangem a Bioética”.

Certamente, reconhece-se que, para trabalhar com todos os temas e contextualizá-los com os aspectos ambientais, científicos, tecnológicos, filosóficos, sociais, culturais, de valores e costumes, em que a ética e a vida interagem, é indispensável que o profissional tenha uma formação mais eclética do que um professor de uma área mais específica, além de longa experiência profissional e vivência acadêmica.

Hoje, graduados de qualquer área julgam-se habilitados para atuar nesse novo campo do conhecimento. Diferentemente da Ética Médica, para a qual os profissionais de Medicina seriam os mais indicados. Muito embora o ensino da ética, de uma forma geral, possa ser conduzido por teólogos, filósofos, “eticistas”, profissionais da área da saúde e outros, acredita-se que, em Bioética, o trabalho conjunto entre eles, desde que estejam familiarizados com as metodologias transdisciplinares e ativa, talvez seja o grupo de profissionais mais indicado para a docência na área (FIGUEIREDO, 2009).

Entretanto, a Bioética, por ter como método a reflexão ético-filosófica, exige ainda dos profissionais que se dedicam a esse campo do conhecimento outros atributos, como, por exemplo, a capacidade dialógica, ausência de preconceitos, não-imposição pessoal, prudência nas convicções e que sejam competentes em suas áreas de atuação. Lembrando também que no confronto das ideias deve desprender-se da vaidade de tentar convencer; pelo contrário, deve-se sempre procurar analisar todos os argumentos postos em discussão com

imparcialidade, pois o que se busca é um consenso ou um acordo eticamente aceitável.

6. Tendências teóricas em Bioética

Intencionou-se, a partir da análise das ementas e dos conteúdos programáticos das disciplinas, identificar as bases teórico-filosóficas (correntes, concepções, vertentes ou modelos teóricos) atualmente existentes em Bioética. Para tanto, foram submetidas ao processo de análise as 171 disciplinas relacionadas com a Bioética e 32 matérias de natureza ética deontológica com módulos de Bioética.

Após a análise dos documentos, constatou-se que as abordagens têm como referência explícita a corrente Principlista da Bioética. Isso porque, em 121 (70%) matérias, foram identificados índices de inferência relacionados à concepção pragmática da ética dos quatro princípios *prima facie* formulados por Tom L. Beauchamp e James F. Childress (beneficência, não-maleficência, autonomia e justiça), seja como vertente teórica única em 67 (39,2%) disciplinas ou integrando a fundamentação de suporte teórico com outros modelos de análise moral em 54 (31%) matérias.

No primeiro grupo de disciplinas, não há nenhuma evidência acerca da pluralidade das concepções teóricas atualmente existentes em Bioética. Ao passo que, no grupo das 54 (31%) disciplinas, foram identificados índices de inferência relacionados às seguintes concepções teóricas: Casuística, Contratualista, Teologia da Libertação, Bioética da Proteção, Bioética da Intervenção e Questões de Gênero. Contudo, essas correntes são pouco representativas, destacando-se o paradigma Casuístico em 11 (6,4%) disciplinas, a Bioética da Intervenção em 10 (5,8%) e a Bioética da Proteção em três disciplinas (1,8%). Ressalta-se, ainda, que, nesse grupo de disciplina, 28 fazem referência aos códigos de ética profissionais e a outros documentos ético-legais. Com esse resultado, pode-se, portanto, inferir que a abordagem deontológica também está inserida entre as bases conceituais das disciplinas de Bioética.

De outra parte, a concepção autonomista da Bioética aparece como base de fundamentação teórica única em duas (1,2%) matérias. Assim como, em outras 13 (7,6%) matérias, o ensino da Bioética é

conduzido estritamente pelo enfoque da Ética Profissional; isto é, o termo “bioética” integra o título da disciplina, todavia não faz nenhuma referência às bases teórico-filosóficas da Bioética.

Em razão disso, em algumas situações a Bioética parece ser vista como uma renovação da Ética Médica ou Ética Profissional. Como referido anteriormente, apesar de muitas disciplinas receberem a designação de “bioética”, os conteúdos temáticos são estruturados com base em um elenco de normas deontológicas e/ou legais. Outras vezes, chega até mesmo a ser confundida com a Ética Médica. Cita-se, por exemplo, uma disciplina com o seguinte tópico na ementa: “Princípios fundamentais da Ética Médica: beneficência, não-maleficência, autonomia e justiça” (FIGUEIREDO, 2009).

Coincidentemente, um recente artigo publicado por Caramico, Zaher e Rosito (2007) sobre o ensino da Bioética nas Faculdades de Medicina também chama a atenção para esse fato. As autoras inferiram que, na maioria dos trabalhos, no que diz respeito à Ética Médica, “chega-se até mesmo confundir Bioética com Ética Médica”.

Somam-se ainda algumas limitações deste estudo, pela impossibilidade de identificar a concepção teórica em 12 (7,1%) disciplinas, visto que os índices de referenciais nas ementas ou no conteúdo programático eram extremamente genéricos, tais como “Diferentes correntes” ($n=3 = 1,8\%$) e/ou “Fundamentos ou história da Bioética” ($n=9 = 5,3\%$). Da mesma forma, por ausência de referências em outras 23 matérias, não foi possível identificar a vertente teórica em Bioética; isto é, não havia nenhum índice de inferências que pudesse ser associado a qualquer domínio conceitual ou teórico em Bioética.

Essa questão criou uma enorme dificuldade durante o processo de análise, pois não se pode tirar conclusões a partir de referências inespecíficas. As deduções são feitas, sobretudo, com base nas inferências precisas de acordo com as categorias estabelecidas por meio da denominação dos modelos teóricos em Bioética existentes atualmente na literatura.

Em relação à contribuição vinda do movimento feminista para a Bioética, um fato chamou atenção: somente uma disciplina, em um curso

de pós-graduação *stricto sensu* na área da Medicina II, incluiu um tópico sobre as questões de gênero. O que evidencia que tanto as discussões sob a perspectiva da Bioética Crítica de Inspiração Feminista quanto a Bioética Antirracista são temas que ainda se encontram fora da pauta da formação acadêmica na pós-graduação.

Até onde se tem registro na literatura, a primeira disciplina desse gênero foi oferecida pela Universidade de Brasília, em 2000. Contudo, na pesquisa efetuada no banco de dados da Capes, com base na avaliação trienal de 2004 a 2006, com resultados atualizados em 3 de julho de 2008, não foi identificada nenhuma matéria relacionada a essa temática nos cursos de mestrado e doutorado na referida instituição.

Com relação ao grupo das disciplinas de natureza ética deontológica com módulos de Bioética, também se constatou que a vertente principialista da Bioética é o modelo teórico hegemônico, seja como suporte teórico único (n=22; 68,8%) ou integrando o conteúdo das disciplinas com o modelo ético normativo (n=9; 28,1%). Nesse grupo, apenas uma disciplina (n=1; 3,1%) incluiu, no conteúdo programático, a perspectiva da Bioética Feminista.

Por fim, não foram encontradas disciplinas relacionadas com Ética/Bioética nos cursos de mestrado e doutorado nas áreas da Educação Física, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Nutrição e Saúde Coletiva.

7. Obras de referências relacionadas às correntes teóricas em Bioética

Foi efetuada uma pesquisa no item bibliografia das disciplinas de Bioética (N=171) e nas matérias de natureza ética deontológica com módulos de Bioética (N=32). Verificou-se que o maior número das referências indicadas se refere ao livro “Principles of biomedical ethics”, de Beauchamp e Childress, seja na versão original, desde a primeira edição (1979) até a quinta edição (2001), ou na versão da quarta edição traduzida para a língua portuguesa e publicada pela editora Loyola em 2001 (71 referências encontradas).

Em 89 disciplinas, sendo 65 de Bioética e 24 de natureza ética deontológica com módulos de Bioética, não foram encontradas

indicações de obras originais referentes às bases teórico-filosóficas existentes em Bioética. Detectou-se que as referências indicadas não estavam diretamente relacionadas às respectivas escolas que buscam, hodiernamente, fundamentar teoricamente a Bioética. As referências eram sempre secundárias, ou seja, indicações bastante diversificadas que, de uma forma geral, estavam mais relacionadas aos diversos temas específicos em Bioética do que, propriamente, às suas bases epistemológicas. Além disso, observou-se que o número de indicações bibliográficas era inexpressivo e, em alguns programas, sequer constava o item referência bibliográfica.

O exemplo clássico que ilustra tais observações está na identificação de 31 indicações do livro “Fundamentos da bioética”, de Engelhardt Jr. Considerando que nenhuma disciplina fez inferência à corrente teórica defendida por esse autor, deduz-se que essas indicações estavam mais relacionadas ao fato de que se trata de uma obra de referência em Bioética do que, propriamente, à intenção de indicá-las como referência teórica do paradigma liberal.

O mesmo aconteceu com a vertente teórica defendida por Élio Sgreccia (personalista), uma vez que foram identificadas 18 referências de sua principal obra “Manual de bioética I – Fundamentos e ética biomédica” e, no entanto, nenhum índice de inferência foi encontrado, nos conteúdos das disciplinas analisadas, referente a essa corrente de pensamento.

De forma inversa, esse fato ocorreu com outras indicações. Por exemplo, foram identificadas 22 indicações do livro “Bioética”, de Segre e Cohen. Todavia, somente em duas disciplinas essa concepção teórica integrava o domínio teórico da disciplina. Fato que também se verificou com a principal obra que busca fundamentar o “Paradigma Contratualista da Bioética”, uma vez que foram identificadas oito referências do livro “A theory of medical ethics”, de Robert Veatch – embora apenas duas disciplinas fizessem referência a esse modelo teórico.

Destaque para a proposta teórica de Schramm e Kottow (2001) – Bioética da Proteção –, que foi relativamente proporcional às indicações no conteúdo das disciplinas. Isto é, foram identificados três índices de inferência relativos a essa corrente de pensamento, apesar de somente duas disciplinas indicarem textos concernentes a tal proposta teórica.

O que esses dados mostram, apontam ou sinalizam? Conquanto existam diferentes focos de interpretação, esses dados sugerem, por um lado, a possível existência de um relativo conhecimento acerca da pluralidade das tendências teóricas atualmente existentes em Bioética. Pelo outro lado, sinalizam que a “Teoria Principlista da Bioética” ainda constitui a principal ferramenta de análise moral em Bioética – chegando, até mesmo, a confundir-se com a própria origem da disciplina. De outra forma, não se justificaria o número de referências a esse modelo de análise moral.

Dois outros fatos chamaram atenção – o primeiro diz respeito aos estudiosos em Bioética brasileiros: constatou-se que, apesar da produção acadêmica ser frequentemente mencionada no item “referenciais bibliográficos”, os textos específicos sobre suas linhas de pensamento não foram encontrados. O exemplo mais ilustrativo refere-se à “Bioética da Proteção” e à “Bioética da Intervenção”, defendidas, respectivamente, por Schramm, Kottow e Garrafa. Se, por um lado, é insignificante o número de referências citadas relacionadas à primeira, pelo outro lado, não foram mencionados textos originais alusivos à segunda proposta teórica. Isso reforça a convicção de que ainda existe uma tendência ao referir-se à Bioética a partir da visão principlista. O segundo fato diz respeito à desatualização dos programas das disciplinas no banco da Capes, o que corrobora para possíveis vieses do estudo em relação à realidade. Justifica-se tal questionamento pela quantidade expressiva de disciplinas cujo número das referências indicadas era insignificante.

Por último, a ausência de referências relacionadas à visão crítica da “Bioética feminista” faz supor que as abordagens tradicionais da Bioética têm negligenciado a inclusão dessa perspectiva no debate atual. Resultado bastante curioso e que surpreendeu, justamente pelo fato de que, na pesquisa realizada sobre o perfil dos docentes, verificou-se que existe um número expressivo de professoras atuando na docência (n= 38; 39,4%).

Conclusão

Com base no resultado deste estudo, pode-se inferir que a pós-graduação *stricto sensu* em Bioética, no Brasil, ainda encontra-se em fase de construção. Pela ausência de disciplinas relacionadas com a Ética ou Bioética em 460 (66,6%) cursos de mestrado e doutorado, supõe-se existir pouca preocupação com a formação ética dos futuros pesquisadores.

Entretanto, considerando-se as raízes da tradição moral do Ocidente, que tanta influência exercem na orientação ética, seja na formação ética dos profissionais da Medicina como nas demais áreas acadêmicas, a presença de 163 cursos de pós-graduação *stricto sensu* com disciplinas específicas voltadas para a Bioética representa um salto qualitativo. Vindo a suprir, embora em parte, as lacunas das insuficiências do modelo clássico de ensino conduzido pela disciplina de deontologia originária da Antiguidade.

Apesar da institucionalização da Bioética nesses pouco mais de 20 anos de atividade acadêmica no País, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a pós-graduação *stricto sensu* em Bioética venha a cumprir com o seu objetivo, uma vez que a sua missão é formar pesquisadores de alto nível com uma visão multidisciplinar, integral e crítica.

O fato de 12 docentes serem responsáveis, sozinhos, por 49 matérias, e de, em 94 (55%) disciplinas, o ensino ser conduzido por apenas um docente evidencia a escassez de professores aptos para lecionar essa matéria na maioria dos cursos de mestrado e doutorado. Restando, por fim, o maior desafio, que é vencer a carência de profissionais qualificados para o ensinamento desse novo campo do conhecimento.

Recebido em 04.05.2010

Aprovado em 16.09.2010

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARCHIFONTAINE, C. P. Perspectivas da bioética na América Latina e o pioneirismo no ensino de bioética no Centro Universitário São Camilo. *O Mundo da Saúde*, v. 3, n. 29, 2005, p. 392-40.

CARAMICO, H. J.; ZAHER, V. L.; ROSITO, M. M. B. Ensino da bioética nas faculdades de medicina do Brasil. *Bioethikos*, v. 1, n. 1, 2007, p. 76-9.

CUNHA, C. (coordenador). Cátedra UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS. *O Mundo da Saúde*, v. 29, n. 3, 2005, p. 455-460.

FIGUEIREDO, A. M. O ensino da Bioética na pós-graduação *stricto sensu* da área de ciências da saúde no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2009, Universidade de Brasília.

FIGUEIREDO, A. M.; GARRAFA, V.; PORTILLO, J. A. C. Ensino da bioética na área da área das ciências da saúde: Estudo de revisão sistemática. *INTERthesis*, v. 5, n. 2, 2008, p. 47-72.

FREITAS, C. B. D. O sistema de avaliação da ética em pesquisa no Brasil: estudos dos conhecimentos e práticas de lideranças de comitê de ética em pesquisa. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina, 2007, Universidade de São Paulo.

GARRAFA, V. Radiografia bioética de um país – Brasil. *Acta Bioethica*, ano 6, n. 1, 2000, p. 171-75.

HAVE, H. T. The activities of UNESCO in the area of ethics. *Kennedy Institute of Ethics Journal*, v. 16, n. 4, 2006, p. 333-351.

NEDDERMEYER, D. M. *Infocapes*, v. 10, n. 3, 2002, p. 61-2/71.

OLIVEIRA, A. A. S.; VILLOPOUCA, K. C.; BARROSO, W. Perspectivas epistemológicas da bioética brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn.

In: GARRAFA, V.; CORDÓN, J. (orgs.). Pesquisa em bioética no Brasil de hoje. São Paulo: Gaia, 2006.

OLIVEIRA, M. L. C. Comitê de Ética em Pesquisa no Brasil: um estudo das representações sociais. Brasília: Editora Universa, 2004.

SCHRAMM, F. R. Nihilismo tecnocientífico, holismo moral e a 'bioética global' de V. R. Potter. *Historia, Ciência e Saúde*, v. 4, n. 1, 1997, p. 95-115.

_____. Bioética e comunicação em oncologia. *Revista Brasileira de Cancerologia*, v. 47, n. 1, 2001, p. 25-32.

_____. A pesquisa bioética no Brasil entre o antigo e o novo. *Cadernos Adenauer*, ano III, n. 1, 2002, p. 87-101.

_____. Cuidados em saúde da mulher e da criança, proteção e autonomia. In: Braz M. (orgs.). Bioética e saúde: novos tempos para mulheres e crianças? Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SCHRAMM, F. R.; KOTTOW, M. Principios bioéticos en salud pública: limitaciones y propuestas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 4, 2001, p. 948-956.

VARGA, A. C. Problemas de bioética. São Leopoldo: Usininos, 1990.